

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

ALEXSSANDRA DE SOUZA PEREIRA

**A GESTÃO PÚBLICA E O INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA
EDUCAÇÃO:** uma análise da execução do Projeto Acesso Amigo no município de
São José De Ribamar- MA.

São Luís

2016

ALEXSSANDRA DE SOUZA PEREIRA

**A GESTÃO PÚBLICA E O INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA
EDUCAÇÃO:** uma análise da execução do Projeto Acesso Amigo no município de
São José De Ribamar- MA.

Monografia apresentada ao curso de Administração da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como
atividade obrigatória para conclusão do curso e obtenção
do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Mubárack Heluy

São Luís

2016

Pereira, Alexssandra de Souza.

A GESTÃO PÚBLICA E O INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIODIGITAL
NA EDUCAÇÃO : Uma Análise Da Execução Do Projeto Acesso
Amigo No Município De São José De Ribamar - Ma /
Alexssandra de Souza Pereira. - 2016.

71 f.

Orientador(a): Miguel Mubárack Heluy.

Monografia (Graduação) - Curso de Administração,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2016.

1. Educação. 2. Gestão Pública. 3. Inclusão
Sóciodigital. I. Mubárack Heluy, Miguel. II. Título.

ALEXSSANDRA DE SOUZA PEREIRA

**A GESTÃO PÚBLICA E O INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA
EDUCAÇÃO: Uma Análise Da Execução Do Projeto Acesso Amigo No Município De
São José De Ribamar- Ma.**

Monografia apresentada ao curso de Administração da
Universidade Federal do Maranhão, – para obtenção do
grau de Bacharel em Administração

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

**Prof^o. Ms. Miguel Mubárack Heluy
(Orientador)**

Examinador 1

Examinador 2

In Memoriam

Jandyra Rayol Pereira

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, meu Senhor e Salvador, pelo dom da vida e por me sustentar até aqui, sem Ele esta realização não seria possível, a Ele rendo graças e louvores.

Aos meus pais, Marilza e Altemar, por todo amor, incentivo, paciência e dedicação que me foi investido para que esse sonho se concretizasse. À minha irmã Nilce, companheira e amiga, por toda ajuda e apoio durante a minha vida. Ao meu noivo, Cleiton, pelo carinho e amor nesses últimos anos e ao meu irmão Alex por sua amizade e contribuição, obrigada família.

Agradeço ao meu orientador, Prof^o. Msc. Miguel Heluy, por disponibilizar seu tempo e conhecimento para me orientar, pelo cuidado em observar todos os detalhes para que este trabalho fosse finalizado com eficácia.

À minha avó Jesuína, que mesmo de longe torce por minhas conquistas.

Aos meus tios, tias, madrinha, primos e primas, Aldimar, Valdirene, Aldiane, Bernarda, Lélia, Carla, Eduardo, por toda contribuição direta e indireta para que hoje eu chegasse até aqui e por todo amor que completa nossa família.

Às minhas melhores amigas que compartilharam desse sonho comigo, Thássia, Raphaella e Gleyciane,

Aos meus colegas, professores e coordenadores de curso pelos conhecimentos e experiências trocadas em sala de aula, que auxiliaram na superação de todos os desafios impostos nessa trajetória.

Finalmente, agradeço a todos, que direta ou indiretamente me ajudaram a conquistar mais uma etapa dessa longa jornada que é a vida. Agradeço por todo amor, carinho, apoio e compreensão, sem os quais seria mais difícil obter esse resultado.

Louvo e agradeço a Deus pela vida de cada um de vocês. Obrigada a todos, que de alguma forma contribuíram na elaboração desse trabalho.

Solução dos problemas apenas restaura a normalidade. Aproveitar oportunidades significa explorar novos caminhos.

- *Peter Drucker*

RESUMO

O termo inclusão hoje é bastante divulgado em diferentes aspectos da sociedade. A gestão pública tem um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias para a inclusão sociodigital, tendo em vista a produção de novos modelos sociais, com projetos, planos e caminhos próprios de cada área de responsabilidade do governo, através de incentivos às políticas públicas que transformem o ambiente econômico e social do país, estado e/ou município. O termo inclusão social diz respeito à participação ativa do cidadão em ações na comunidade, no governo e na sociedade civil. O termo inclusão digital diz respeito às ações que buscam inserir o cidadão por meio do aprendizado, oferecendo-lhes as habilidades necessárias para manipular a tecnologia de acesso à informação. A presente pesquisa tem por finalidade identificar como a Gestão Pública pode incentivar a inclusão sociodigital, através da implantação do Projeto Acesso Amigo, como ferramenta para melhoria da educação e desenvolvimento do aluno. A metodologia adotada nesta pesquisa foi caracterizada como Descritiva e Explicativa, com abordagem quantitativa e qualitativa, também considerada uma pesquisa bibliográfica e documental. A amostra da pesquisa foi por conveniência, realizada na rede de escolas municipais de São José de Ribamar que participam do Projeto Acesso Amigo. Observou-se que alunos responderam positivamente quanto à avaliação individual do projeto, demonstrando interesse e motivação para participação das aulas. Os professores e gestores relatam que foi perceptível o desenvolvimento estudantil após a implantação do Projeto, melhorando não apenas o aprendizado, mas uma evolução na proatividade dos alunos. Notou-se que a gestão pública, por meio da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar – MA, vê como promissor o Projeto implantado por ela, apesar das dificuldades encontradas, esforça-se para cumprir com seu papel de gestora visando o bem comum da sociedade.

Palavras-chave: Gestão Pública. Inclusão Sóciodigital. Educação.

ABSTRACT

The inclusion term today is widely publicized in different aspects of society. The public administration has a key role in developing strategies for sociodigital inclusion, with a view to producing new social models, with designs, plans and paths of each government's area of responsibility by encouraging public politics that transform the economic and social environment of the country, state and county. The term social inclusion concerns the active participation of citizens in actions in the community, government and civil society. The term digital divide refers to actions that seek to enter the citizen through learning by offering them the necessary skills to handle technology access to information. This research aims to identify how the Public Management can encourage sociodigital inclusion through the implementation of Friend Access Project as a tool for improving education and student development. The methodology used in this research was characterized as descriptive and explanatory, with quantitative and qualitative approach, also considered a bibliographical and documentary research. The survey sample was for convenience, held in the network of public schools in São José de Ribamar participating Friend Access Project. It was observed that students responded positively on the individual project evaluation, demonstrating interest and motivation for participation in classes. Teachers and managers report that the student development was noticeable after the implementation of the project, improving not only learning, but an evolution in the proactivity of students. It was noted that the public administration, through the Municipal Secretariat of São José Education Ribamar - MA, sees as promising the project implemented by it, despite the difficulties encountered, strives to fulfill your management role for the well common good of society.

Keywords: Public Management. Sociodigital inclusion. Education..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	Municípios participantes do PBLE	30
Quadro 1	Cursos ofertados pelo ProInfo Integrado	31
Tabela 2	Dados sócio-demográficos dos alunos entrevistados da rede municipal de ensino de São José de Ribamar – MA, 2016 (n=16)	35
Figura 1	Taxa de distorção Idade – Série, 2010	36
Gráfico 1	Pessoas que residem na sua casa (incluindo você)	37
Tabela 3	Aparelhos eletrônicos que possuem em casa	37
Gráfico 2	Locais que os alunos também utilizam computador	38
Gráfico 3	Tempo de participação dos alunos no Projeto	39
Gráfico 4	Frequência de idas ao laboratório de informática para aulas do Projeto	41
Gráfico 5	Aulas destinadas ao Projeto Acesso Amigo	41
Gráfico 6	Quem conduz as atividades no laboratório de informática?	43
Tabela 4	Feedback dos alunos sobre as aulas e o Projeto	44
Tabela 5	Dados sócio-demográficos dos professores entrevistados da rede municipal de ensino de São José de Ribamar – MA, 2016 (n=6)	45
Tabela 6	Questões acerca dos professores e o Projeto	46
Tabela 7	Avaliação dos professores sobre o Projeto	48
Tabela 8	Feedback dos professores	49
Tabela 9	O gestor e a escola	50
Tabela 10	Avaliação do Projeto pelos gestores	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	GESTÃO PÚBLICA	13
2.1	Responsabilidades Quanto à Educação	14
2.2	Conceito de Políticas Públicas	15
2.2.1	Políticas públicas educacionais	16
3	INCLUSÃO SOCIAL	18
3.1	Inclusão Social nas Escolas Brasileiras	19
4	INCLUSÃO DIGITAL	21
4.1	Inclusão Digital no Brasil: Desafios e Práticas	22
4.2	Inclusão digital nas escolas	24
4.3	Nova Era Digital, internet e avanços tecnológicos	25
5	INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL	27
5.1	Gestão Pública e o Incentivo à Inclusão Sociodigital na Educação	28
5.1.1	Programa Nacional de Tecnologias da Informação – ProInfo.....	28
5.1.2	Projeto Um Computador por Aluno (UCA)	29
5.1.3	Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)	29
5.1.4	Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado)	31
6	METODOLOGIA	32
6.1	Coleta de Dados	33
6.2	População e Amostra	34
6.3	Ambiente da Pesquisa	34
7	RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	35
7.1	Quanto aos Alunos	35
7.2	Quanto aos Professores	45
7.3	Quanto aos Gestores	50
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55
	ANEXOS	
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto tecnológico em que o mundo atual está vivenciando se faz necessária a criação de mecanismos que facilitem o acesso igualitário das pessoas à tecnologia. O termo inclusão hoje é bastante divulgado em diferentes aspectos da sociedade.

A inclusão sociodigital, tornou-se constante objeto de estudo e debate nos ambientes empresariais, acadêmicos e governamentais, por fomentar novas maneiras de aquisição do conhecimento e garantir melhorias nos relacionamentos interpessoais, a partir da utilização de instrumentos tecnológicos como fator de exercício e construção da cidadania.

A gestão pública tem um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias para a inclusão sociodigital, tendo em vista a produção de novos modelos sociais, com projetos, planos e caminhos próprios de cada área de responsabilidade do governo, através de incentivos às políticas públicas que transformem o ambiente econômico e social do país, estado e/ou município.

Na atualidade, muito se fala em incluir tecnologia como forma de educação, visando incorporar determinadas classes menos favorecidas ao acesso direto a bens sociais, possibilitando o ingresso e permanência no mercado de trabalho, melhorando assim, sua qualidade de vida.

Alonso, Ferneda e Santana (2010) afirmam que a sociedade busca minimizar essa divisão por meio de várias ações que vêm sendo chamadas de inclusão social e digital. O termo inclusão social diz respeito à participação ativa do cidadão em ações na comunidade, no governo e na sociedade civil, e o termo inclusão digital diz respeito a ações que buscam inserir o cidadão por meio do aprendizado, oferecendo-lhes as habilidades necessárias para manipular a tecnologia de acesso à informação.

É perceptível hoje que o uso de ferramentas tecnológicas promove e melhora a qualidade dos sistemas educacionais. De acordo com Selwyn (2008) age basicamente de duas formas: “A primeira é o uso de tecnologias para promover a inclusão social em termos de oportunidades e resultados educacionais. A segunda é o uso da educação para garantir a inclusão social em termos de oportunidades e resultados tecnológicos”.

É necessário compreender esta temática, pois se percebeu que a inclusão digital tornou-se uma necessidade, em consequência dos impactos causados pelos avanços tecnológicos e da *internet*, e da exigência constante do mercado de conhecimento e prática no uso de recursos tecnológicos. Nesse contexto, observa-se que há uma atenção diferenciada por parte da gestão pública sobre este tema, ou seja, já existem projetos que incentivam a inclusão sociodigital.

A presente pesquisa tem por finalidade identificar como a Gestão Pública pode incentivar a inclusão sociodigital, através da implantação do Projeto Acesso Amigo, como ferramenta para melhoria da educação e desenvolvimento do aluno. Apresenta como objetivo geral identificar o impacto da inclusão sociodigital através do Projeto Acesso Amigo em São José de Ribamar- MA e os seguintes objetivos específicos: Conceituar e compreender a inclusão social e digital na educação, bem como a participação da Gestão Pública no incentivo dado às mesmas; Descrever as características do Projeto Acesso Amigo implantado nas escolas de São Jose de Ribamar - Ma; Apresentar o impacto causado na educação e no desenvolvimento do aluno com a implantação do Projeto Acesso Amigo nas escolas de São José de Ribamar - MA.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi caracterizada como Descritiva e Explicativa, com abordagem quantitativa e qualitativa, também considerada uma pesquisa bibliográfica e documental. A amostra da pesquisa foi por conveniência, realizada na rede de escolas municipais de São José de Ribamar que participam do Projeto Acesso Amigo.

2 GESTÃO PÚBLICA

Em geral, a Gestão Pública é entendida como um processo administrativo que consiste no ato de planejar, organizar, direcionar, controlar e avaliar atividades que afetam diretamente ou indiretamente os interesses públicos.

A Administração Pública tem em vista a condução dos órgãos e entidades do Estado para o cumprimento das missões institucionais, abrange áreas de recursos humanos, finanças públicas, políticas públicas, entre outras, que auxiliam na concretização dos objetivos das esferas federais, estaduais e municipais.

Quanto ao Brasil, a gestão pública tem passado por várias transformações ao longo dos anos, dentre elas, está a de torná-la uma gestão mais democrática, participativa e preocupada em construir uma sociedade mais dinâmica e atualizada, de forma a estabelecer uma maior justiça social, tendo em vista o combate às desigualdades enfrentadas na atualidade.

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC (2011) entende que administração pública é a atividade desempenhada pelo Estado para a prestação de serviços públicos, pelos meios próprios ou por intervenção no setor privado, representada por seus agentes, órgãos e pessoas jurídicas a quem compete exercer as atividades público-administrativas. De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Melhorar a gestão pública significa atuar nas questões estruturais e de governança, no marco legal e nos grandes processos dos governos, bem como na dimensão da gestão das organizações públicas. Significa desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar as decisões de alocação de recursos, analisar riscos, informar e qualificar o processo decisório, trabalhar de forma proativa e coordenada e incorporar metodologias, ferramentas e práticas modernas e alinhadas às necessidades e realidades da administração pública. Significa, enfim, contribuir para a construção de um modelo de atuação em bases integradas e cooperativas, orientado para resultados e com foco no cidadão. (BRASIL, 2009, p. 5)

A preocupação em ter um país cada vez mais igualitário tem levado a democracia a se consolidar como valor, seja ela através do exercício da cidadania, da expansão da participação popular nas elaborações de idéias para uma melhor gestão, ou na defesa dos direitos humanos, objetivando o desenvolvimento da sociedade civil.

Problemas sociais como fome, desemprego, exclusão social e digital, insegurança e demais dificuldades vivenciadas em sociedade são fatores que impulsionam às significativas transformações na gestão pública, uma vez que se faz necessário, constantemente, realizar alterações, melhorias e ajustes para que os direitos civis, individuais e coletivos sejam atendidos com qualidade, e o exercício da democracia seja de fato, concretizado. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Significativas transformações na gestão pública serão necessárias para que se reduza o déficit institucional e seja ampliada a governança, alcançando-se mais eficiência, transparência, participação e um alto nível ético. (BRASIL, 2003, p. 9)

As transformações estão surgindo principalmente no campo da educação, com projetos e planos que evidenciam a importância de que uma sociedade sem uma base educacional ocasionará em um crescente déficit em todas as áreas da vida do indivíduo, o que irá conseqüentemente, prejudicar o desenvolvimento e crescimento do grupo coletivo.

Há também a preocupação em acompanhar o avanço da tecnologia, e uma das soluções para diminuir a exclusão sociodigital, foi aliar projetos de acesso à informação digital à educação, pois se sabe que um dos grandes desafios da modernidade é construir uma sociedade em que todos os seus indivíduos tenham acesso à informação e conhecimento de forma democrática e justa.

Diante disso, nota-se que o papel da gestão pública é importante e de grande influência para o bom funcionamento do país, uma vez que se trata de uma prestação de serviço indispensável para a vida em sociedade.

2.1 Responsabilidades quanto à educação

A educação escolar é um instrumento fundamental no preparo do indivíduo para a vida, sendo garantidos através dela, o desenvolvimento social, econômico e cultural do cidadão. Entretanto, a educação para ser considerada eficaz, é necessária que haja interação entre seus principais componentes: a sociedade, o governo, a família, o educador e o aluno, para que possa resultar em uma educação competente e satisfatória.

De acordo com o art. 25 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Rodrigues (1986) através de seus estudos afirma que as responsabilidades quanto à educação se dividem em três níveis: Responsabilidade da União; Responsabilidade do estado e Responsabilidade dos municípios.

Quanto à responsabilidade da União, Rodrigues (1986) comenta que caberá à União, através do Ministério da Educação, elaborar propostas que devem compreender a política nacional de educação escolar. Ou seja, é função do Ministério da Educação coordenar, em âmbito nacional, a formulação das diretrizes básicas para todos os níveis educacionais, que vai da pré-escola ao ensino superior.

O art. 211, § 1º da Constituição Federal de 1988, afirma que a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

É dever dos estados e municípios a formulação e execução das políticas de educação que abrange o 1º e 2º graus, sendo imprescindível a organização do funcionamento do sistema educacional. (RODRIGUES, 1986)

De acordo com o art. 211, § 2º os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Os demais parágrafos do referido artigo determinam:

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

2.2 Conceito de Políticas Públicas

As políticas públicas envolvem todas as ações e decisões direcionadas à resolução de problemas e promoção do bem estar da sociedade, através da elaboração de metas, planos e objetivos traçados pelo governo a fim de assegurar

determinado direito de cidadania, sendo realizadas de forma genérica ou segmentadas.

Segundo Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 28):

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

Logo, essas políticas são ferramentas que podem influenciar, modificar e/ou transformar o comportamento individual ou coletivo de uma comunidade, a partir da execução de tais ações. Ações estas que podem ocasionar em resultados positivos ou negativos.

As práticas das políticas públicas englobam as áreas da educação, saúde, lazer, transporte, segurança, habitação, meio ambiente, assistência social, entre outras. Sendo concretizadas a partir de diretrizes que norteiam a criação e execução de programas, tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Em outras palavras, Souza (2003, p. 13) confirma que, “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”.

Portanto, é papel da gestão pública criar mecanismos de inovação nas políticas existentes, definir e desempenhar novas estratégias para solucionar problemas da coletividade, levando sempre em consideração, a relação das políticas públicas com a viabilidade social, econômica e política do país.

2.2.1 Políticas Públicas Educacionais

Na atualidade, a educação é considerada uma das ferramentas mais importantes para o progresso de uma nação. Pois, é a partir da aquisição de conhecimento e informações que há o desenvolvimento pessoal e coletivo, influenciando assim, na qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, no crescimento do país.

Estudos e pesquisas no âmbito educacional apontam um aumento quanto ao nível de escolaridade e uma diminuição quanto o analfabetismo da população brasileira. Embora esse avanço seja considerado um grande passo nessa área de atuação, é necessário que haja sempre novas ações para a oferta de uma educação de qualidade.

Segundo dados do IPEA (2014) os jovens que hoje estão iniciando sua vida adulta e entrando no mercado de trabalho, já fazem parte de uma geração que usufrui dos avanços recentes nas políticas públicas educacionais, apresentando indicadores de acesso muito superiores aos do passado, bem como indicadores de qualidade que mostram lenta recuperação.

Os dados comprovam que a escolaridade média dessa nova geração mostra um quadro mais encorajador, onde a escolaridade da população de 18 a 24 anos não só se apresenta em patamar mais alto, mas, principalmente, com desigualdade regional em queda. (IPEA, 2014)

Uma reflexão sobre esta temática implica perceber como a política educacional interage com os projetos nacionais de desenvolvimento, ou seja, a educação de qualidade se realiza na medida em que se busca preparar o indivíduo para o exercício da ética profissional e da cidadania. A educação de qualidade se resume ao provimento de padrões aceitáveis de aprendizagem para inserir o indivíduo na dinâmica do mercado. (FONSECA, 2009)

De acordo com Oliveira (2010) entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Tal educação orientada e moderna remonta à segunda metade do século XIX e chegou atualmente na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo.

Em busca de maiores resultados, os governos têm investido um pouco mais nesse campo, através de políticas públicas voltadas para a criação de projetos que visam o incentivo e a melhoria do ensino-aprendizado no Brasil.

3 INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social pode ser conceituada como um conjunto de ações que enfrentam a exclusão social, exclusão esta que afeta, geralmente, às pessoas de classes sociais mais baixas, portadoras de deficiências, idosos, indivíduos de minorias raciais e de níveis educacionais desprivilegiados, entre outros que não possuem acessos iguais a várias oportunidades.

Moreira (2006, p. 1), define inclusão social como:

A ação de proporcionar para populações, que são econômica e socialmente excluídas, oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos para agir de forma fundamentada e consciente.

Portanto, esse tipo de inclusão permite oferecer oportunidades iguais a pessoas diferentes, quer seja através da aquisição de bens ou serviços, ou no acesso aos mais variados níveis de educação, como escolas e universidades, e diferentes tipos de ambientes de trabalho.

Convém também ressaltar a importância e necessidade de investimentos que capacite e resulte na eficaz formação, inicial e continuada, dos profissionais que participam do processo de inclusão. Quanto a isso, Ananias (2005, p. 15) relata que:

Na medida em que o Estado assume e estabelece as normas para implantação das políticas em parcerias com diversas organizações garante a continuidade de ações voltadas à inclusão e ao combate à desigualdade social. As instituições de governo e as instituições não governamentais devem buscar parcerias, estabelecer sinergias no trabalho pela recuperação da organização e mobilização da sociedade.

A inclusão social tem sua real efetivação através da execução de políticas públicas que viabilizam a inserção dos indivíduos aos meios sociais. Com isso, vê-se a necessidade de estabelecer padrões de acessibilidade em todas as áreas que o ser humano possa estar inserido.

3.1 Inclusão Social nas Escolas Brasileiras

Os principais debates a cerca de inclusão social costuma estar centralizado no âmbito sócio - político que torna possível sua viabilização e nos direitos individuais do grupo a qual está destinado tais políticas inclusivas. Com isso, nota-se que os avanços resultantes de uma sociedade mais democrática, trazem consigo a necessidade de elaboração de projetos e construção de espaços sociais com menos exclusão e mais alternativas para a convivência em grupos diversificados. (PAULON, 2005)

Mediante tais avanços, as escolas devem acompanhar o novo ritmo de evolução e atender de forma mais eficaz um público amplo e suas especificidades, sendo compreendidos e resguardados em suas diferenças. Devem exercer políticas inclusivas de qualidade, e ser um modelo contribuinte nessa grande etapa de construção de uma sociedade menos injusta.

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições. (PAULON, 2005, p. 8)

Embora, seja de grande relevância implantar uma cultura de inclusão social nas escolas, observa-se que é necessário um preparo adequado de todos os integrantes envolvidos no processo educacional, uma vez que a ação em conjunto é fator primordial para o desenvolvimento de escolas inclusivas.

Paulon (2005) corrobora: “Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor”.

Logo, a inclusão social educacional não é realizada somente no momento em que são oferecidas ações de igualdade às pessoas com deficiência, em desigualdade sócio-econômica, negros, entre outros, mas em todo o processo que torna isso possível.

Para operar as transformações nos modos de relação dentro da escola é, também, necessário que os profissionais envolvidos tomem para si a tarefa de pensar estas questões de forma reflexiva e coletiva. Dito de outra forma é necessário que

todos os agentes institucionais percebam-se como gestores e técnicos da educação inclusiva. (PAULON, 2005, p. 23)

Identificar os pontos que precisam evoluir na política de inclusão social na educação, é tarefa primordial para se obter uma análise completa do contexto de inclusão nas redes de ensino de todo o país e compreender que todo esse processo deve funcionar como um sistema, onde os diferentes segmentos participantes devem estar interligados e dependentes, assegurando os direitos que são garantidos em lei, possibilitando a efetivação dos benefícios ocasionados pela inclusão social na educação.

De acordo com dados do Ministério da Educação, na obra de Paulon (2005) a educação inclusiva implica “na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar” (p.27)

4 INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital pode ser considerada como a democratização do acesso à informação e comunicação através de instrumentos tecnológicos. Possibilitando treinamentos e disponibilização de equipamentos para todos, de forma igualitária, sem distinção de classe social, localização geográfica, cor etc.

Na atualidade, a inclusão digital passou a exercer um papel fundamental no desenvolvimento dos países. O que levou a sociedade brasileira, a partir da década de 90, vivenciar uma considerável expansão do uso da tecnologia, em especial, a internet e os telefones celulares.

Diante da nova realidade, o Brasil vem buscando diferentes ações para potencializar as práticas que visem uma sociedade incluída digitalmente. “Incluir os cidadãos à era da informação passa a ser uma obrigação para os poderes públicos já que comumente associa-se inclusão digital como uma forma de inclusão social (LEMOS; COSTA, 2005, p.2)”.

Logo se vê que a inclusão digital tornou-se uma necessidade, em consequência dos impactos causados pelos avanços tecnológicos e da internet. Com isso, o direito de estar inserido digitalmente, resulta em um fator importante para que o cidadão possa acompanhar o ritmo acelerado das informações.

A atual sociedade tem mudado o seu perfil estrutural, gradualmente, Gervásio e Melo (2011) afirmam que “hoje, o indivíduo necessita de mais informação e conhecimento para saber interagir com as novas tecnologias, quer sejam de tecnologias de comunicação ou até mesmo as tecnologias de informações”

Para ser considerado um “incluído digitalmente” é necessário que se usufrua das tecnologias, como suporte na busca de aprendizados constantes e melhorias nas condições de vida, visando obter novas oportunidades no âmbito educacional, social e profissional.

Segundo De Luca (2004, p.9):

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as novas tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da autoestima de seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida.

“Pode se dizer que incluir uma pessoa digitalmente não é apenas introduzir o conhecimento em informática, mas sim fazer com que esse conhecimento seja de certa forma útil para melhorar de alguma forma a sua vida, não somente profissional”. Rezende (2013)

Logo, observa-se que o a inclusão digital não é apenas a disponibilização da tecnologia em si, mas todo o processo de integração perfeita do indivíduo excluído digitalmente.

4.1 Inclusão Digital no Brasil: Desafios e Práticas

Com a nova era digital, e principalmente com a expansão da *internet*, a necessidade de tratar sobre a inclusão digital no Brasil aumentou, uma vez que o número de excluídos digitalmente, mesmo com tanto avanço no ramo da tecnologia, ainda é considerado grande, porém a gestão pública tem realizado ações para combater essa realidade.

De acordo com o Plano Plurianual (PPA 2012 – 2015) do Governo Federal, a meta para diminuir a taxa de exclusão digital estava em alcançar um percentual de 70% da população fazendo uso da internet por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de atender primordialmente as classes de menor poder aquisitivo e em desigualdades regionais.

O limite financeiro dos usuários pode ser considerado um dos grandes desafios impostos para ampliar o acesso à informação, por isso entre os desafios a ser enfrentados pela Gestão Pública está em executar seu PPA no âmbito que rege a competição, universalização, e melhoria na utilização de mídias digitais e de infraestrutura de redes para uma boa prestação de serviços.

No que concerne à competição, percebe-se que ainda hoje existem fortes barreiras à entrada de novas empresas no setor, principalmente devido à dificuldade do acesso delas à infraestrutura de rede no atacado. No caso da universalização, há necessidade de expandir os serviços para atender a população de modo geral e populações específicas, como a rural, quilombolas, ribeirinhas e outras de localização remota, o que depende de novas outorgas, do uso de novas tecnologias já disponíveis e mudanças na regulação dos preços que permitam a redução das tarifas, tanto na telefonia fixa quanto na móvel. (PPA 2012 – 2015, p. 214)

Importante ressaltar também que no Brasil, a maioria dos serviços de telecomunicações é prestada pelo setor privado e, por diversas razões, a oferta diversificada de serviços é restrita aos grandes centros urbanos e a algumas cidades-polo. Percebe-se, portanto, que as regiões periféricas e mais remotas permanecem com a cobertura de apenas um ou nenhum operador, ou seja, os desafios que se apresentam não são pequenos.

Por outro lado, o uso da internet não apenas proporciona acessibilidade digital, como também auxilia no crescimento da área de telecomunicações, resultando na massificação da era digital, levando também ao crescimento e expansão da inclusão digital, a fim de que todos, independentemente de situação social, regional e econômica tenham o mesmo acesso de qualidade.

Com isso, dados do IBGE apontam melhora sensível nesse quesito, uma vez que pesquisas apontam um crescimento na utilização da internet através de diferentes recursos tecnológicos, tais como; celulares, *tablets*, microcomputadores, identificando também, uma melhora no acesso pelos estudantes brasileiros.

Em relação a 2013, todos os níveis de instrução apresentaram aumento da utilização da Internet, com exceção do grupo sem instrução e menos de 1 ano de estudo, que passou de 5,4%, em 2013, para 5,2% em 2014. Para as pessoas com até 7 anos de estudo, a proporção foi inferior à média nacional (54,4%), enquanto para aquelas com 8 anos ou mais de estudo a proporção foi superior. A maior foi observada na população com 15 anos ou mais de estudo (92,1%). Considerando o nível de instrução, observou-se que as proporções de utilização da Internet aumentam continuamente até o nível superior incompleto, que alcançou o valor máximo de 95,0%, decaindo, depois, para 92,6% no grupo que possui superior completo. Em 2014, dos 95,4 milhões de usuários da Internet, 30,4% (29,0 milhões) eram estudantes. Ao analisar a rede de ensino frequentada, observou-se que, dos 36,5 milhões de estudantes no País, 74,3% (27,1 milhões) eram da rede pública e, desses, 73,3% (19,9 milhões) utilizavam a Internet. Na rede privada, encontravam-se 9,4 milhões de estudantes, dentre os quais 97,2% (9,1 milhões) utilizavam a Internet. Entre os estudantes, a proporção dos que acessavam a Internet (79,5%) foi maior do que a dos não estudantes (47,8%). (IBGE, 2016)

Dados importantes, portanto, que ressaltam a utilização da *Internet* e sua relação direta com os anos de estudo, indicando proporções crescentes entre os mais escolarizados.

4.2 Inclusão digital nas escolas

Diante do constante avanço da tecnologia e do crescimento da informatização, é notória a busca pela inclusão digital dos cidadãos neste novo modelo de vida. Desse modo, sabe-se que os usos dos recursos tecnológicos devem estar apropriados ao meio onde estão inseridos os excluídos digitalmente, de forma a promover sua inclusão nesse espaço de informação e comunicação.

Com isso, vê-se a escola como um ambiente propício à inserção de tais tecnologias, através de ferramentas que proporcionam uma nova metodologia de ensino favorecendo a interação dos alunos nessa era da informação, eliminando, as diferenças sociais que não fazem parte deste processo. Bonilla (2010, p.44):

Consideramos a escola como o primeiro e natural dos processos de inclusão digital, aqui entendida como formação da cultura digital, uma vez que se constitui ela em espaço de inserção dos jovens na cultura de seu tempo – e o tempo contemporâneo está marcado pelos processos digitais. Como a escola deve ser espaço-tempo de crítica dos saberes, valores e práticas da sociedade em que está inserida, é da sua competência, hoje, oportunizar aos jovens a vivência plena e crítica das redes digitais.

A utilização de diferentes mídias colabora para um eficaz ambiente de comunicação. É papel da gestão pública fornecer ferramentas de acesso às tecnologias, que tem por finalidade o fomento da inclusão sociodigital, através de programas sociais estabelecidos pelo governo. Onde, Passos e Abreu (2011) confirmam que “existem políticas públicas que objetivam efetivar a inclusão digital, as quais são implementadas, na maioria das vezes, através de projetos sociais orientados para propagar as tecnologias na sociedade”.

A inclusão digital no ambiente educacional é um processo que deve envolver, diretamente, a capacitação do professor, tendo em vista a melhor maneira de utilização dos instrumentos tecnológicos, e o aluno como indivíduo fundamental no ambiente de interação e comunicação, obtendo novas formas de conhecimento e cidadania.

Guerreiro (2001, p. 28) afirma:

A metodologia educacional é, portanto, um aspecto essencial no modelo de transmissão das informações e consequente, construção do conhecimento. Referimos-nos aqui a um processo de aprendizagem situacional espontâneo, orientado e contextualizado, o que requer uma qualificação para os novos tempos tanto por parte do educador, que precisa comprometer-se, como pela instituição. O educando na sociedade da

informação precisa aprender como lidar com as informações transformando-as em conhecimentos que gerem melhores condições de vida e inclusão social.

Portanto, nota-se a importância de relacionar a inclusão digital e a educação, uma vez que esta relação prepara o indivíduo para adquirir uma quantidade de informações disponíveis e direcioná-las para transformação em conhecimentos práticos.

4.3 Nova Era Digital, internet e avanços tecnológicos

Diante das grandes transformações e avanços tecnológicos, houve várias mudanças nos costumes e rotinas das pessoas. A internet é um dos principais avanços da tecnologia que modificou os padrões da sociedade, ou seja, o acesso rápido às informações que ela nos permite, resultou em muitos benefícios e malefícios mediante seu impacto no cenário econômico e social.

Schimidt e Cohen (2013, p.12) afirmam:

A adesão em massa à internet está promovendo uma das mais empolgantes transformações sociais, culturais e políticas da história, e, ao contrário do que ocorreu nos períodos de mudança anteriores, desta vez os efeitos são globais. Nunca antes tantas pessoas, de tantos lugares diferentes, tiveram tanto poder ao alcance das mãos. Por meio da tecnologia, obstáculos ancestrais à interação humana, como geografia, linguagem e informação limitada, vão cedendo, e uma nova onda de criatividade e potencial humanos vai se elevando.

Segundo vários autores a nova era digital pode ser classificada como uma grande transformação ocorrida na informação e uma revolução nos paradigmas da comunicação. Devido à proporção dos efeitos causados pelas inovações do meio tecnológico, a divulgação dos acontecimentos é realizada de forma mais rápida. Agilidade esta que atinge cada setor da sociedade, abrangendo política, economia, meios de comunicação, negócios e normas sociais.

Desta forma, essas transformações estão resultando em uma nova era de globalização, mediante a interconectividade que a tecnologia, principalmente a *internet*, está promovendo a esta geração. Cabendo assim ao governo, a responsabilidade de promover ações de inclusão e igualdade dos indivíduos ao cenário tecnológico atual.

Logo, Schmid e Cohen (2013, p.12) asseguram que:

Para organizações e empresas, oportunidades e desafios chegarão de mãos dadas com a conectividade global. Um novo nível de responsabilidade decorrente da pressão popular as forçará a repensar suas operações atuais e adaptar seus projetos para o futuro, mudando tanto a maneira como fazem as coisas quanto à forma como apresentam suas atividades ao público. Elas também encontrarão novos concorrentes à medida que a difusão da inclusão tecnológica nivelar o campo de batalha pela informação e, conseqüentemente, as oportunidades.

5 INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A expressão sociodigital é bastante utilizada pelo cidadão do século XXI, mas ainda não foi possível estabelecer um conceito que delimite tal ideia. Pressupõe-se que a inclusão digital deve ser vista sob a ótica ética que contribui para uma sociedade igualitária com perspectivas de inclusão social.

De acordo com Silva *et al* (2005) a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, o indivíduo tem o direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos.

Dessa forma, inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido. Portanto, programas de inclusão digital devem ser acompanhados de ações de aprendizagem com o uso das tecnologias e de atividades que sejam práticas e de interesse do aprendiz. (ALVES; SILVA; MACEDO, 2014, p. 2430)

No Brasil, uma das preocupações do governo é diminuir a exclusão digital, compartilhando tal responsabilidade entre os três principais setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil. A cada dia são criadas novas fontes de produtividade dentro dessa sociedade tecnológica que se organiza para gerar, processar e transmitir informação.

Lemos (2007) dispõe que os índices de pobreza e analfabetismo no país são altos, e que se constituem problemas que precisam ser sanados com urgência. Portanto, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar.

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, o uso da tecnologia em educação pode proporcionar uma nova oportunidade de escolarização, pois além de fomentar novas habilidades e criatividade, resgata o exercício da cidadania e lhes dá a oportunidade de serem incluídos digital e socialmente.

5.1 Gestão Pública e o incentivo à inclusão sociodigital na educação

Diante do contexto vivenciado atualmente, na era da informação, as tecnologias e novas tendências de acesso ao conhecimento podem ser fatores de contribuição para o crescimento da distancia social entre os que possuem o domínio das informações ou recursos tecnológicos e os que são considerados excluídos digitalmente, ocasionando dessa forma a exclusão sociodigital, uma vez que as inclusões sociais e digitais estão interligadas.

De acordo com Silva (2008), “a inclusão sóciodigital é um fator estratégico para o desenvolvimento dos países por meio da capacitação dos seus cidadãos e da participação deles na sociedade e na economia informacional”. Muitas vezes a política de promoção da inclusão é falha conceitualmente e, sobretudo nos países em desenvolvimento, o investimento é disperso e sem resultado social.

O papel da gestão pública nesse contexto é de vital importância para o combate à exclusão sociodigital. Através de programas e incentivos, nota-se que a gestão pública tem proporcionado um maior número de oportunidades. Os principais incentivos realizados nos últimos anos acarretaram para nosso país um grande avanço, visando uma sociedade mais informacional. A seguir serão mostrados alguns projetos a nível nacional.

5.1.1 Programa Nacional de Tecnologias da Informação – ProInfo:

O ProInfo foi criado em 1997 pelo Ministério da Educação, que em 2007 passou a ser chamado de Programa Nacional de Tecnologia Educacional, com o objetivo de promover o uso dos recursos tecnológicos de informática nas redes de ensino como ferramenta didática – pedagógica nas escolas de ensino básico e médio. A Portaria Nº 1.322, de 6 de Novembro de 2012 resolve:

Art. 1º Fica delegada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão a gestão do Programa ProInfo Campo, sem prejuízo da participação de outros órgãos deste Ministério.

Art. 2º A competência a que se refere o art. 1º compreende a expedição de normas e diretrizes, fixação de critérios, operacionalização e adoção das demais providências necessárias à execução do programa de que trata esta portaria.

Art. 3º Os dados estatísticos necessários ao planejamento e alocação de recursos do ProInfo, inclusive as estimativas de matrículas, terão como base censo escolar realizado anualmente pelo Ministério da Educação e publicado no Diário Oficial da União.

O objetivo do ProInfo é disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal. O exercício do ProInfo são realizados de forma descentralizadas, sob responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância do MEC, em articulação com as secretarias de educação do Distrito Federal, dos estados e municípios, reunindo educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software.

5.1.2 Projeto Um computador por aluno (UCA)

O projeto é uma iniciativa do governo federal que tem por finalidade intensificar o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) dentro das escolas, através da distribuição de computadores portáteis aos alunos participantes da rede de ensino público.

O Projeto Um Computador Por Aluno (UCA) tem a finalidade de promover a inclusão digital, por meio da distribuição de 1 computador portátil (laptop) para cada estudante e professor de educação básica em escolas públicas. O que permitirá uma alteração da educação centrada no professor para uma pedagogia centrada no desenvolvimento autônomo, baseado na cooperação de alunos que aprendem a aprender juntos. Os alunos passam a ser protagonistas do processo de construção do conhecimento. (FREIRE, 2009, p. 5890)

O projeto visa a melhoria na qualidade da educação e a promoção da inclusão sociodigital, tendo como base, o uso pedagógico inovador, a mobilidade e à conectividade, no que diz respeito à internet, para que se possa auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

5.1.3 Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)

Lançado no dia 04 de abril de 2008, o programa criado pela gestão pública do âmbito federal, tem como objetivo de oferecer acesso à internet em todas as escolas públicas urbanas. Sendo realizado de forma conjunta entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a Agencia Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que oferecem suporte e infraestrutura de rede para a conexão.

Decreto nº 6.424:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a:

I - massificar o acesso a serviços de conexão à Internet em banda larga;

II - acelerar o desenvolvimento econômico e social;

III - promover a inclusão digital;

IV - reduzir as desigualdades social e regional;

V - promover a geração de emprego e renda;

VI - ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado;

VII - promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e

VIII - aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

Ressaltando que, as operadoras autorizadas trocam a obrigação de instalarem postos de serviço telefônico nos municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte a conexão à *internet* em todos os municípios brasileiros, conectando todas as escolas públicas urbanas. Atualmente, fazem parte do programa às operadoras Telefônica, CTBC, Sercomtel e Oi/Br. O PBLE atua com base nas informações do censo da educação básica, onde anualmente a lista de obrigações é atualizada com as novas escolas elegíveis para atendimento.

A tabela abaixo mostra as escolas do município de São José de Ribamar que já fazem parte do PBLE. (TABELA 1)

Tabela 1 – Municípios participantes do PBLE

MA	São José de Ribamar	21009694	CE ESTADO DA GUANABARA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21249016	CE SAO JOSE DE RIBAMAR	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008779 *	CEM SAO JOSE DE RIBAMAR ANEXO	Instalada
MA	São José de Ribamar	21260290 *	CEM SAO JOSE DE RIBAMAR ANEXO	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008914 *	EM SAO BENEDITO - ZU	Instalada
MA	São José de Ribamar	21230099	EM DIOMEDES DA SILVA PEREIRA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009600	EM DR JOSE SILVA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21270414 *	EM DRª MARIA AMELIA BASTOS	Instalada
MA	São José de Ribamar	21331006 *	EM ITAPARI	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009635	EM JOSE CAMARA FERREIRA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009317	EM JOSE RIBAMAR MORAIS SILVA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009368	EM NAZILDE MENDONCA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009015	EM PROF DARIO SANTOS	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009333	EM PROF LEDA TAJRA CHAVES	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008892	EM PROF QUINTO AIRES	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009481	EM SANTA CATARINA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008906	EM SANTA MARIA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009228	EM SAO FRANCISCO DE ASSIS	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009538	EM SAO RAIMUNDO	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008817 *	J1 PARAISO DAS CRIANCAS	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009104 *	J1 PROF MARIA ELISA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008850 *	J1 TIA CONCITA	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008728	UE CIDADE DE SAO JOSE DE RIBAMAR-CAIC	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009244	UI DR PAULO RAMOS	Instalada
MA	São José de Ribamar	21008922	UI HUMBERTO DE CAMPOS	Instalada
MA	São José de Ribamar	21009422	UI PROF MARIA ELISA ALMEIDA SILVA	Instalada

Fonte: ANATEL, 2015

5.1.4 Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado)

Trata-se de um programa que oferece cursos voltados para o uso didático-pedagógico das tecnologias no cotidiano escolar, ofertando conteúdos e recursos multimídias e digitais para professores e gestores das escolas públicas que forem contempladas ou não com laboratórios de informática pelo ProInfo, além de beneficiar também técnicos e outros agentes educacionais.

A seguir os cursos ofertados pelo ProInfo Integrado (QUADRO 1):

Quadro 1 – Cursos ofertados pelo ProInfo Integrado

CURSO E CARGA HORÁRIA
<p>INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO DIGITAL (60H) Este curso tem o objetivo de contribuir para a inclusão digital de profissionais da educação, preparando-os para utilizarem os recursos e serviços dos computadores com sistema operacional Linux Educacional, dos softwares livres e da Internet. Outro objetivo do ProInfo Integrado trazer uma reflexão sobre o impacto das tecnologias digitais nos diversos aspectos da vida e, principalmente, no ensino.</p> <p>TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO - ENSINANDO E APRENDENDO COM AS TIC (60H) Visa oferecer subsídios teórico-metodológicos práticos para que os professores e gestores escolares possam compreender o potencial pedagógico de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino e na aprendizagem em suas escolas;</p> <p>ELABORAÇÃO DE PROJETOS (40H) Visa capacitar professores e gestores escolares para que eles possam: Identificar as contribuições das TIC para o desenvolvimento de projetos em salas de aula; Compreender a história e o valor do trabalho com projetos e aprender formas de integrar as tecnologias no seu desenvolvimento; Analisar o currículo na perspectiva da integração com as TIC; Planejar e desenvolver o Projeto Integrado de Tecnologia no Currículo (PITEC); Utilizar os Mapas Conceituais ao trabalho com projetos e tecnologias, como uma estratégia para facilitar a aprendizagem.</p> <p>REDES DE APRENDIZAGEM (40H) O curso tem o objetivo de preparar os professores para compreenderem o papel da escola frente à cultura digital, dando-lhes condições de utilizarem as novas mídias sociais no ensino.</p>

Fonte: FREIRE, 2009,

6 METODOLOGIA

Segundo Fonseca (2002) a metodologia pode ser definida a partir de sua etimologia, onde *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação. Portanto, pode ser considerada como a organização dos caminhos e instrumentos a serem percorridos durante a elaboração e realização de determinada pesquisa ou estudo. Onde, o termo pesquisa, considera-se como uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio de processos científicos.

A presente pesquisa toma como base os critérios abordados por Vergara (2003), relacionando e categorizando-a em dois enfoques, quanto aos meios e aos fins.

Quanto aos fins, foi classificada como uma pesquisa descritiva e explicativa. Gil (1989) afirma que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo, descrever as características de um determinado fenômeno ou população. Logo, se adéqua a esta pesquisa através do seu principal objeto de estudo, que caracterizou o perfil dos estudantes contemplados pelo Projeto Acesso Amigo.

Quanto à pesquisa explicativa, de acordo com Gil (1989), é aquela que possui como objetivo central, a identificação dos fatores que levam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Portanto, foi utilizada para verificar os impactos e mudanças ocasionadas pela implantação do Projeto nas escolas municipais.

Quanto aos meios, a pesquisa foi considerada bibliográfica e documental. Segundo Lakatos e Marconi (1987), a pesquisa bibliográfica é aquela feita através de informações levantadas em dados bibliográficos e documentos já publicados sobre determinado assunto, pois, este estudo terá embasamento teórico em fontes virtuais, livros, teses e artigos científicos.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (1989) advém de materiais que não receberam ainda um tratamento científico. Ou seja, informações coletadas junto à Secretaria Municipal da Educação, aos responsáveis pela realização do Projeto Acesso Amigos – Empresa ATCOM - e nas escolas abrangidas nesse estudo.

O estudo teve uma abordagem quantitativa e qualitativa, onde Gerhardt e Silveira (2009) afirmam que a abordagem qualitativa se preocupa em compreender as características de um grupo social ou organização. Explicando a relação entre a

gestão pública e os incentivos dados à inclusão sociodigital na educação. Quanto à abordagem quantitativa, exposto por Fonseca (2002), são pesquisas cujo seus resultados podem ser quantificados. Logo, se enquadra nesse critério, pois foram usadas classificações pautadas em números e técnicas estatísticas.

Para a realização da pesquisa de campo, foi necessário realizar a coleta de dados na rede de escolas municipais de São José de Ribamar, onde as escolhidas para a pesquisa, de um universo de sete escolas, (que são coordenadas pela pedagoga Renata Ribeiro Sousa Duarte) foram as seguintes: Escola Municipal Paulo Ramos, Escola Municipal Dário Santos e Escola Municipal Diomedes Pereira.

Utilizando-se de pesquisas bibliográficas, e aplicação de um questionário com o objetivo de compreender o impacto da inclusão sociodigital na educação. A coleta finalizou com a aplicação deste questionário nas escolas escolhidas para essa pesquisa, onde, foram envolvidos os estudantes que participam do projeto Acesso Amigo, bem como seus professores e diretores.

Os recursos utilizados para a realização desta pesquisa, além do próprio pesquisador que irá realizar a coleta de dados, foi um computador para a tabulação dos dados e informações e um carro para o deslocamento até as escolas escolhidas do município em estudo.

Após realização da coleta de dados, os mesmos serão estudados, avaliados, armazenados e divulgados em gráficos e tabelas que permitirão uma análise completa dos resultados encontrados, bem como auxiliará no processo de análise de conteúdos e discursos dos participantes.

6.1 Coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizados diversos trabalhos científicos, além dos questionários aplicados aos alunos, professores e gestores. O questionário aplicado aos alunos do Projeto Acesso Amigo foi constituído de questões objetivas, o que foi utilizado com professores e gestores constituiu-se tanto de questões objetivas quanto algumas abertas.

O objetivo das questões foi identificar o perfil socioeconômico e demográfico do aluno participante do projeto, bem como o *feedback* deste aluno sobre o projeto. Quanto aos professores e gestores, buscou-se traçar o perfil do gestor e professor que atua no Projeto, bem como sua visão sobre o mesmo.

Sobre a pesquisa científica, buscou-se compor o referencial teórico a partir de livros, monografias, teses, dissertações e artigos científicos. Para relatar a caracterização do programa, foi disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação alguns dados relevantes sobre o Projeto Acesso Amigo.

6.2 População e Amostra

A população deste estudo foi caracterizada pelo total de alunos cujas escolas fazem parte do Projeto Acesso Amigo. A amostra não probabilística foi definida pelo critério de conveniência, sendo composta por 3 escolas cuja coordenação está sob a pessoa da pedagoga Renata Ribeiro Sousa Duarte.

Foram aplicados no total 70 questionários, divididos entre alunos (n=61), professores (n=6) e gestores (n=3). Os Questionários foram aplicados individualmente durante o período de 01 a 03 de Agosto em suas respectivas escolas.

6.3 Ambiente da Pesquisa

Apenas três escolas da rede municipais de ensino de São José de Ribamar foram escolhidas e constituíram-se o ambiente da pesquisa. (ANEXO I)

A escola municipal Paulo Ramos, situada na Av. Gonçalves Dias, nº 520, Bairro: Centro, sob a direção da Prof. Ana Joangela de Castro. A escola municipal Dário Santos, localizada na Rua da Liberdade, S/N, Bairro: Cruzeiro, sob a direção da Prof. Raimunda Nonata e a escola Diomedes da Silva Pereira, situada na Rua do Fio, S/N, Bairro: J. Câmara, tendo como gestora a Prof. Rosa Maria Almeida.

7 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Visando estimular o aprendizado dos estudantes e buscando contribuir para a promoção da inclusão sócio digital, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do Município de São José de Ribamar - MA em parceria com a ACTCON, idealizaram o Projeto Acesso Amigo, que tem como proposta empregar a informática como suporte ao processo educacional, através do qual será possível complementar ou subsidiar práticas didáticas com alunos do ensino fundamental.

A partir da realização da coleta de dados, feita através de questionário, obteve-se uma amostra de alunos correspondente a (n=61), de professores (n=6) e de gestores (n=3) tornando assim possível realizar as análises que serão expostas a seguir.

7.1 Quanto aos alunos

A Tabela 2, abaixo, apresenta as características sócio demográficas dos alunos quanto a faixa etária, sexo e série escolar.

Tabela 2 - Dados sócio demográficos dos alunos entrevistados da rede municipal de ensino de São José de Ribamar – MA, 2016 (n = 61).

Variáveis	N	%
Faixa Etária		
6 – 8 anos	16	26
9 – 10 anos	6	10
11 – 12 anos	9	15
13 – 14 anos	23	38
15 – 16 anos	7	11
Sexo		
Masculino	30	49
Feminino	31	51
Série Escolar		
2º ano	12	20
3º ano	13	21
7º ano	15	25
8º ano	21	34


Fonte: Dados do autor, 2016.

De acordo com a tabela 2, a faixa etária com maior representatividade da amostra é entre 13 e 14 anos (38%), seguida por 6 a 8 anos (26%). Quanto ao sexo, existem mais meninas (51%) do que meninos (49%) na amostra. Em relação a série escolar, esta pesquisa foi composta por alunos do 2º (20%) e 3º ano (21%), bem como alunos do 7º (25%) e 8º (34) ano.

De acordo com os dados encontrados na pesquisa, elementos como faixa etária, sexo e série escolar são apenas alguns fatores preponderantes que podem traçar um perfil do estudante da rede pública municipal de ensino de São José de Ribamar. Percebeu-se que a relação entre idade e série escolar está dentro dos padrões esperados dentro das escolas, ou seja, a idade condiz com o ano letivo do estudante.

O Projeto Acesso Amigo nasceu da necessidade de se construir um ensino que atendesse às novas mudanças do século 21 e da realidade em que o Município de São José de Ribamar vivenciava no âmbito educacional, que, segundo dados do INEP (2010), os alunos apresentavam um quadro de distorção quanto à adequação de idade-série, onde dos percentuais de matriculados regularmente, 14,9 % dos anos iniciais e 19,6% dos anos finais estavam inclusos nesse quadro de distorção. (FIGURA 1)

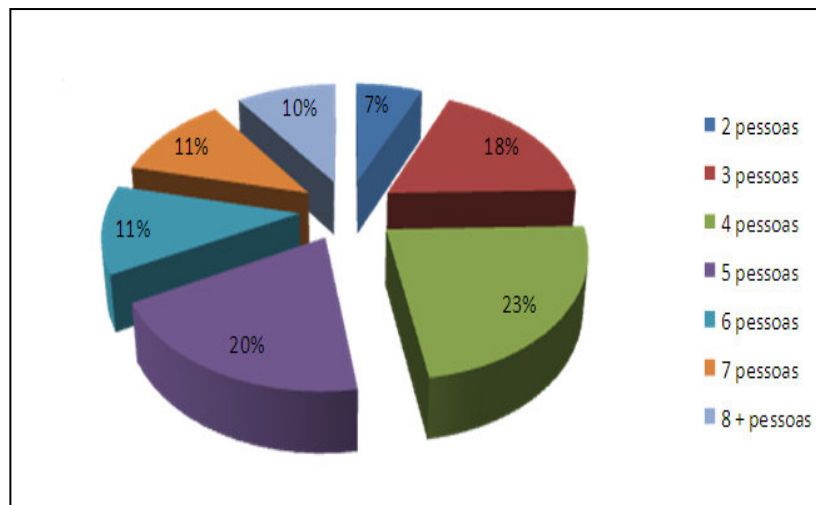
Figura 1 – Taxa de distorção Idade-Série, 2010

 Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira										
Taxa de Distorção Idade-Série - Região Nordeste por Município - 2010										
Taxa de Distorção Idade-Série, segundo a Dependência Administrativa e a Localização, nos Níveis de Ensino Fundamental de 8 e 9 anos em 2010.										
Ano	Nome do Município	Localização	Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental de 8 e 9 anos							
			1º ANO	1ª Série/ 2º Ano	2ª Série/ 3º Ano	6ª Série/ 7º Ano	7ª Série/ 8º Ano	1ª a 4ª Série 1º ao 5º Ano	5ª a 8ª Série 6º ao 9º Ano	Total Fundamental
2010	SAO JOSE DE RIBAMAR	Rural	5,3	10	21	18,4	12,9	18,2	18,9	18,4
2010	SAO JOSE DE RIBAMAR	Total	5,1	9,2	20,3	25,3	13,3	18,3	20,7	19
2010	SAO JOSE DE RIBAMAR	Urbana	4,2	5,4	17	45,9	15,1	18,9	28,4	21,4

Fonte: INEP, 2010

Dando continuidade à pesquisa sócio demográfica dos alunos, foram questionados sobre o número de pessoas que residem juntos com os mesmos. O maior percentual encontrado foi de 4 pessoas (23%), de acordo com o gráfico 1.

Gráfico 1 – Pessoas que residem na sua casa (incluindo você)



Fonte: Dados do autor, 2016

Outro aspecto que foi questionado aos alunos foi sobre os aparelhos eletrônicos que possuem em suas residências. A tabela 3 a seguir mostra que praticamente todos os alunos possuem televisão (59), geladeira (55) e telefone (50), e que rádio (27), máquina de lavar (32) e computador (29) aparecem em menor quantidade.

Tabela 3 – Aparelhos eletrônicos que possuem em casa

Televisão	59
Rádio	27
Geladeira	55
Máquina de lavar	32
Computador	29
Telefone	50

Fonte: Dados do autor, 2016

Há vários anos ocorre um progressivo aumento ao acesso às informações por meio dos computadores, de acordo com Guimarães, Mathias e Dias (2011) estes conhecimentos são cruciais para o cidadão estar preparado para o mundo do trabalho e as inovações diárias, e a comunidade escolar deve desempenhar papel importante para esta formação.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2015) a televisão é o meio de comunicação mais utilizado pela população brasileira, onde as pessoas a assistem,

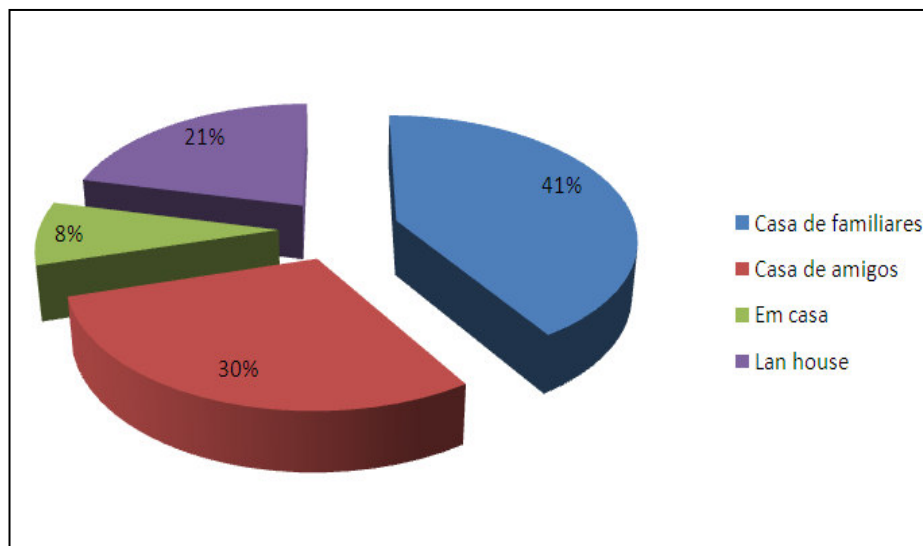
principalmente, para se informar (79%), como diversão e entretenimento (67%), para passar o tempo livre (32%) e por causa de um programa específico (19%).

Quando perguntados sobre o uso do computador em outro ambiente que não fosse o escolar obteve-se os seguintes dados: a casa de familiares foi o ambiente que recebeu maior porcentagem (41%), seguida da casa de amigos (30%) e *lan house* (21%), o ambiente “em casa” foi o que ficou com menor percentual, apenas 8% (GRÁFICO 2)

Segundo Santos (2010) o computador é um recurso caro, se comparado ao custo de lápis ou de livros, porém sua aquisição se justifica pelas inúmeras possibilidades de utilização, que serão decisivas para o sucesso ou fracasso do trabalho desenvolvido.

Ao tratar sobre o tema “inclusão digital” é praticamente impossível não falar sobre a *Internet*, que se trata de um conjunto de rede de computadores mundial interligadas, possibilitando o acesso a informações sobre e em qualquer lugar do mundo. No Brasil, as características sócio-demográficas da população têm um grande impacto no uso da internet, principalmente se comparada aos outros meios de comunicação.

Gráfico 2 – Locais que os alunos também utilizam computador



Fonte: Dados do autor, 2016.

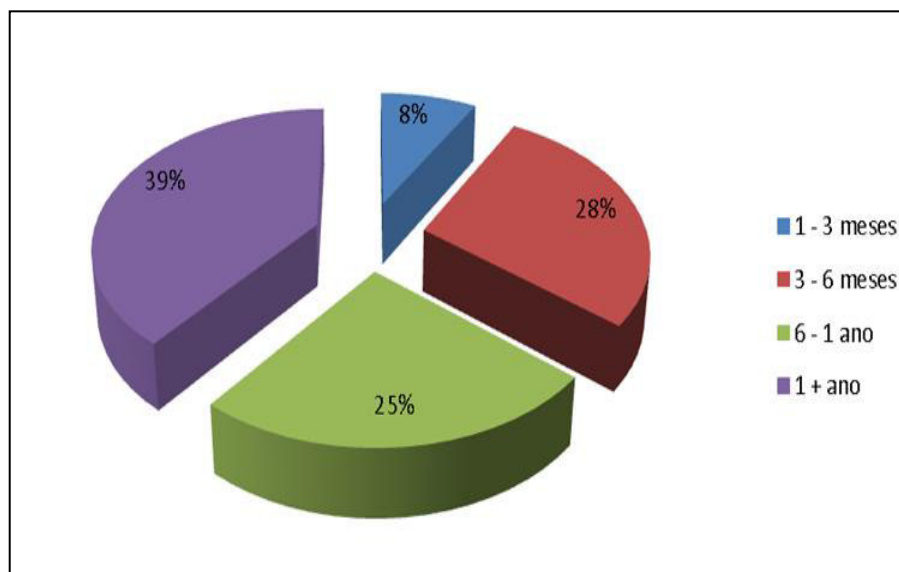
De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (2015) os jovens são os principais usuários dessa mídia, os dados mostram que 65% dos jovens com até 25 anos acessam *internet* todos os dias (independente da fonte desse acesso, que

podem ser computadores, celulares, *tablets* entre outros). Esta mesma pesquisa faz menção à escolaridade, 87% dos respondentes com ensino superior acessam a *internet* pelo menos uma vez por semana, enquanto apenas 8% dos entrevistados que estudaram até 4ª série o fazem com a mesma frequência.

Visando identificar a percepção dos alunos quanto às suas experiências no contato e desenvolvimento do Projeto Acesso Amigo, foram realizadas também perguntas acerca do tempo de participação dos alunos no Projeto, além da frequência que eles eram encaminhados a sala de informática, bem como o número de aulas que são destinadas ao Projeto.

O gráfico a seguir (GRÁFICO 3) mostra o tempo de participação dos alunos no Projeto, notou-se que o maior percentual (39%) já está participando há mais de 1 ano do projeto, seguido de alunos que estão de 3 a 6 meses (28%), e de 6 meses a 1 ano (25%), poucos são os alunos que entraram recentemente (8%)

Gráfico 3 – Tempo de participação dos alunos no projeto



Fonte: Dados do autor, 2016.

A maioria da amostra já está participando do Projeto há mais de um ano, ou seja, o Projeto acompanha esses alunos de forma contínua e progressiva, já que o mesmo está ativo desde Fevereiro de 2014.

Vive-se uma época em que as mudanças estão acontecendo em todos os aspectos da sociedade da forma mais acelerada possível. Com a educação também não é diferente, pois ela é um ambiente social onde ocorre a sistematização do conhecimento formal. O uso das tecnologias na educação, dentro das propostas

pedagógicas atuais, propõe facilitar a busca por novos conhecimentos e informações nos ambientes sociais.

O uso do computador em sala de aula que passou a ser ferramenta de auxílio na construção do conhecimento, desenvolvendo nos alunos o raciocínio lógico matemático, a capacidade de concentração, coordenação motora fina, criatividade, orientação espacial, através dos editores de texto, de apresentação, jogos interativos, entre outros, que favorecem a aprendizagem ativa. De acordo com Favoreto (2010), a informática deve ser vista como um instrumento de interação com o educando, uma vez que o conhecimento não é transmitido, mas sim construído progressivamente por meio de ações que, segundo Piaget, são interiorizadas e se transformam.

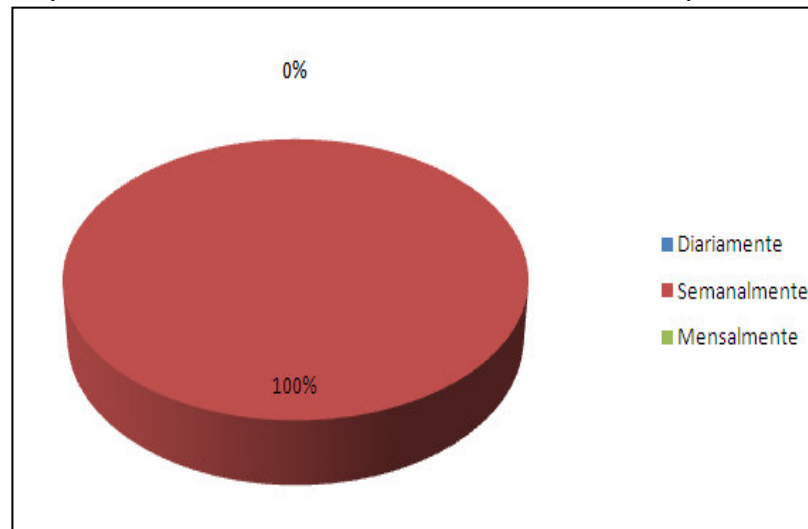
O projeto em questão apresentado nessa pesquisa está estruturado sob a Plataforma Educativa do Sistema *VIRTUS* Letramento que integra o Guia de Tecnologias do Ministério da Educação (MEC), e as atividades do Sistema estão fundamentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCN) e nos descritores que compõem as matrizes de referência da Prova Brasil/SAEB.

A partir dos laboratórios de informática instalados nas escolas, são desenvolvidas atividades que contribuem para apreciar o interesse dos alunos pelo estudo e o aprendizado da Língua Portuguesa e da Matemática. As práticas da leitura e escrita nos ambientes digitais do Acesso Amigo pretendem estimular a compreensão e a produção de textos pelos estudantes.

O objetivo principal do Projeto Acesso Amigo é o domínio dos usos da linguagem nas várias situações sociais. Em matemática, as atividades visam o agir matematicamente dos estudantes na resolução de situações complexas, onde as formas de cálculo são exploradas de maneira analítica e crítica. Pretende-se que os mesmos adquiram mais competência na solução de problemas reais, estimulando-os a planejar, explicitar hipóteses, determinar estratégias e tomar decisões.

Quando perguntados com que frequência eles eram encaminhados a sala de informática para as aulas do projeto, os alunos das três escolas foram unânimes na resposta, afirmam que vão semanalmente (100%) para as aulas do projeto. (GRÁFICO 4)

Gráfico 4 – Frequência de idas ao laboratório de informática para aulas do Projeto

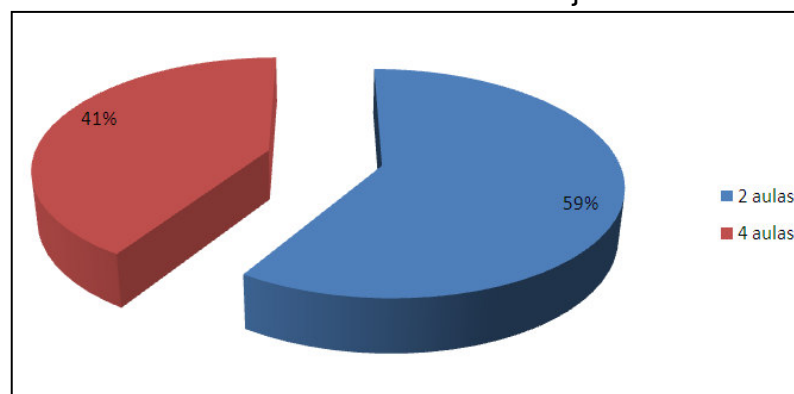


Fonte: Dados do autor, 2016.

O conteúdo aprendido na escola não é um fim em si mesmo. É uma das intenções da escolar é poder criar situações de aprendizagem onde os alunos sejam desafiados a colocarem seus conhecimentos a serviço de uma melhor qualidade de vida. Isso pode ser obtido com esse ritmo semanal de aulas do projeto, ou seja, é possível a qualidade na educação com uma boa prática pedagógica, trabalho e compromisso com uma educação humanizadora e emancipadora.

O gráfico a seguir (GRÁFICO 5) mostra a quantidade de aulas que são destinadas ao Projeto Acesso Amigo. Observou-se que a maioria das escolas destina 4 aulas (59%) para o projeto ou apenas duas aulas (41%), referentes as disciplinas de Português e Matemática. As atividades do projeto são organizadas em sequências didáticas e aplicadas de forma cooperada junto aos estudantes, que se organizam em duplas e trincas para desenvolvê-las.

Gráfico 5 – Aulas destinadas ao Projeto Acesso Amigo



Fonte: Dados do autor, 2016.

A plataforma educativa do Projeto Acesso Amigo é o Sistema *VIRTUS* Letramento. Este sistema é integrado por aulas multimídia interativas e animações gráficas, jogos pedagógicos, oficinas de produção/autoria multimídia e de textos. Também agrega instrumentos de apoio à sua aplicação, tais como aplicativo de avaliação eletrônica e enquetes, gerenciador de portfólios digitais – produções dos alunos, painel de acesso aos recursos, gerenciador de atividades pedagógicas e aplicativo de gerenciamento de cadastros e bases de dados. Este sistema está organizado em dois módulos específicos, o de Língua Portuguesa e o de Matemática.

Sobre o módulo de Língua Portuguesa, as concepções nas quais este foi sedimentado pressupõem o estudo da língua nas situações em que ela se realiza. O conjunto de atividades propostas tem o objetivo de promover a ampliação do letramento dos alunos e contribuir para o processo de apropriação de usos sociais que se pode fazer da língua.

Esse material propende favorecer que os alunos se envolvam em práticas de leitura e de escrita, em ambiente digital, visando o desenvolvimento de competências letradas que promovam autonomia para a compreensão e produção de textos – em diferentes gêneros, de diferentes esferas de atividade humana.

Acerca do módulo de Matemática, as práticas didáticas colaboram com o agir matematicamente na resolução de situações complexas, nas quais conteúdos, habilidades e recursos diversos entram em jogo, principalmente, aqueles relacionados ao cálculo como foco do trabalho didático. Além de privilegiar atividades com as operações matemáticas básicas, contempla outros temas, tais como: grandezas e medidas, espaço e formas e o tratamento da informação.

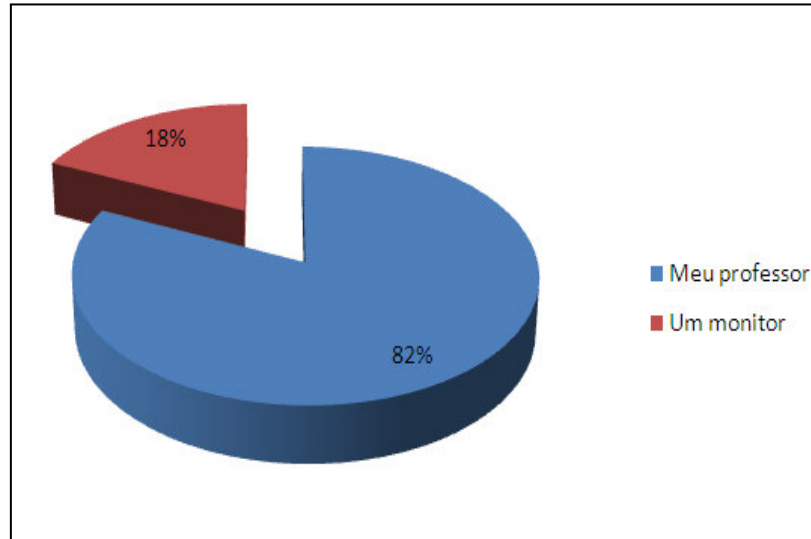
As variadas formas de cálculo são exploradas pelos alunos de maneira analítica e crítica, desenvolvendo neles a competência na resolução de problemas reais e garantindo a capacidade de planejar, explicitar hipóteses, determinar estratégias e tomar suas decisões.

Acerca das aulas na sala de informática, foi perguntado quem era o responsável pelos alunos e pelas atividades, 82% dos alunos responderam que os seus professores conduziam as atividades e 18% relataram que eram conduzidos por monitores, de acordo com o gráfico a seguir. (GRÁFICO 6)

Os alunos que fazem parte do Projeto Acesso Amigo contam com a colaboração dos professores, coordenadores dos laboratórios de informática que

são os mediadores das situações didáticas propostas, e também tem auxílio dos monitores, que são selecionados através do Programa Estudante Monitor, criado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Gráfico 6 – Quem conduz as atividades no laboratório de informática?



Fonte: Dados do autor, 2016.

Este programa, entre outros objetivos, busca promover nos jovens estudantes das escolas públicas municipais o seu potencial para o desenvolvimento profissional e a qualificação da inclusão sociodigital, apreciando para eles, as oportunidades provenientes da área da Tecnologia da Informação (TI).

Trata-se de um programa de caráter pedagógico-educacional que visa potencializar o protagonismo dos alunos na escola, selecionando e qualificando profissionalmente alunos para desempenhar o papel de monitoria. Eles contribuem, no período de contra turno, com os professores e os demais alunos que utilizam o Laboratório de Informática auxiliando no desenvolvimento das atividades planejadas para estes ambientes de informática pedagógica. Atuam como monitores pelo período mínimo de um semestre letivo, e depois podem atuar como tutores na formação de novos integrantes do Programa.

A seguir algumas das responsabilidades do Estudante Monitor:

- Manter durante o período de monitoria todas as condições de desempenho escolar que garantiram a participação no Programa;
- Cumprir com assiduidade e desempenho satisfatórios as atividades de monitoria técnica e do programa de formação;

- Respeitar, divulgar e orientar os usuários acerca das regras de utilização do LI (Laboratório de Informática);
- Apoiar tecnicamente os usuários na operação dos componentes implantados no LI durante o desenvolvimento das atividades e;
- Executar os procedimentos operacionais relativos ao LI, assim como todas as ações que deles decorram em razão da manutenção da estabilidade e disponibilidade do LI.

A próxima tabela (TABELA 4) mostra a resposta dos alunos sobre as aulas e avaliação individual do projeto.

Tabela 4 – *Feedback* dos alunos sobre as aulas e o Projeto

	n	%
GOSTARIA DE TER MAIS AULAS NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA?		
Sim	54	89
Não	7	11
COMO VOCÊ AVALIA O PROJETO?		
Ótimo	20	33
Bom	31	51
Regular	9	15
Ruim	1	1

Fonte: Dados do autor, 2016.

Os alunos foram questionados se gostariam de ter mais aulas no laboratório de informática, 89% responderam que sim, os outros 11% responderam que não.

Este resultado é um tanto quanto curioso, pois em todo o país sabe-se da dificuldade que existe quanto à inclusão da informática no processo educacional, ou seja, as desigualdades sociais também se manifestam neste aspecto, pois, em qualquer uma das esferas de governo (federal, estadual ou municipal), ou até mesmo, na iniciativa privada, o acesso à tecnologia é privilégio de algumas escolas, e no caso dos alunos respondentes desta pesquisa, muitos não têm noção da importância do mesmo para sua vida estudantil e futuramente profissional.

Foi pedido para os mesmos avaliarem o projeto quanto a ótimo, bom, regular e ruim e justificarem sua resposta. Encontrou-se que 51% da amostra consideram o projeto Bom e 33% Ótimo, apenas 15% considera Regular e 1% Ruim.

A seguir algumas das respostas dos alunos sobre o projeto:

- “Porque gosto das aulas”;
- “Porque eu aprendo”;
- “Porque aprendi a calcular”;
- “Porque é muito legal”;
- “Porque aprendemos matemática e português”;
- “Porque gosto muito do projeto”;
- “Aprendi coisas que não sabia”;
- “Porque tem várias coisas importantes”;
- “Aprendo mais e gosto dos jogos”;
- “Porque eu consigo aprender mais”.

7.2 Quanto aos professores

A Tabela 5, abaixo, apresenta as características sócio-demográficas dos professores entrevistados quanto a faixa etária, sexo e grau de instrução.

Observou-se que a faixa etária com maior representatividade da amostra é a de 40 anos ou mais (67%), sendo seguida por 30 a 35 anos (33%). O sexo predominante foi o feminino (100%). Quanto ao grau de instrução dos professores, obteve-se em maior número a Pós-graduação (67%) seguida do Superior Completo (33%).

Tabela 5 - Dados sócio-demográficos dos professores entrevistados da rede municipal de ensino de São José de Ribamar – MA, 2016 (n = 6)

Variáveis	N	%
Faixa Etária		
30 – 35 anos	2	33
40 anos +	4	67
Sexo		
Feminino	6	100
Grau de Instrução		
Superior Completo	2	33
Pós-Graduação	4	67

Fonte: Dados do autor, 2016.

O docente e a sua formação é uma questão importante, uma vez que a mesma deve ser contínua e relacionada ao seu dia-a-dia. De acordo com Nóvoa (2003), “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”.

De acordo com dados do MEC (Censo Escolar, 2014), apenas 31,4% dos professores da Educação Básica possuem Pós-Graduação. Nesse sentido, a formação continuada representa um grande aliado, na medida em que possibilita que o professor supra lacunas na sua formação inicial ao mesmo tempo em que se mantém em constante aperfeiçoamento em sua atividade profissional.

Para o docente, grandes são os desafios que este profissional enfrenta, mas manter-se atualizado e desenvolver prática pedagógica é indispensável para que haja maior mobilização na formação de professores, sendo possível criar condições favoráveis tanto na formação continuada quanto na valorização do mesmo. Importante ressaltar que o MEC cumpra seu papel de fiscalizador, assegurando uma qualidade mínima para os cursos de pós-graduação ofertados.

Foram realizadas perguntas sobre o contato do professor com o Projeto, e as relações destes com os alunos. A tabela abaixo (TABELA 6) mostra os resultados dos mesmos.

Tabela 6 – Questões acerca dos professores e o Projeto

	N	%
VOCÊ É PROFESSOR DESSA ESCOLA HÁ QUANTO TEMPO?		
Mais de um ano	6	100
ATUA NO PROJETO ACESSO AMIGO HÁ QUANTO TEMPO?		
Mais de um ano	6	100
COM QUAL FREQUÊNCIA VOCÊ VAI AO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA COM A SUA TURMA PARA AS AULAS DO PROJETO?		
Semanalmente	6	100
QUANTAS AULAS SÃO DESTINADAS AO PROJETO ACESSO AMIGO?		
1 aula	2	33
2 aulas	4	67
O QUE VOCÊ ACHA DO TEMPO DISPONIBILIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS DO PROJETO NO		

LABORATÓRIO DO INFORMÁTICA?**Suficiente**

6

100

Fonte: Dados do autor, 2016.

Como resultado é possível observar que 100% da amostra já é professor de sua respectiva escola há mais de um ano, atuando no projeto também há mais de um ano. Foram unânimes ao afirmar que vão semanalmente (100%) ao laboratório de informática para aulas do projeto, concordando que o tempo disponibilizado para as aulas é suficiente (100%). Somente no quesito quantidade de aulas destinadas ao projeto 67% da amostra relatou que são destinadas 2 aulas para o projeto e 33% apenas uma.

Os professores relataram que as atividades pedagógicas do sistema utilizado pelo Projeto se relacionam diretamente com os Temas e Tópicos das Matrizes de Referência da Prova Brasil - Língua Portuguesa e Matemática - além do que, as atividades são adequadas ao desenvolvimento das competências e dos descritores de conhecimento que compõem as Matrizes.

Como uma forma de estratégia utilizada pelo Projeto, as produções dos alunos são registradas na forma de portfólios, em decorrência das práticas didáticas executadas com o apoio do mesmo e propicia o acompanhamento dos resultados de proficiência através do emprego do aplicativo de avaliações eletrônicas que gera gráficos sumários e informações completas para que se possa avaliar o desempenho dos alunos.

A existência de novas possibilidades tecnológicas, ou seja, a evolução constante da informática como um todo, sinaliza para uma atualização contínua, tanto dos professores, quanto dos meios materiais, direta ou indiretamente envolvidos no processo educacional apoiado por computadores.

Portanto, condições devem ser criadas para que os objetivos pedagógicos sejam plenamente alcançados, tendo em vista a necessidade oscilante das gerações de estudantes que acompanham toda essa mencionada evolução tecnológica e, conseqüentemente, o que a própria vida social lhes exige.

A tabela a seguir (TABELA 7) complementa e finaliza o questionário com informações pertinentes a avaliação dos professores sobre o projeto.

Tabela 7 – Avaliação dos professores sobre o Projeto

	N	%
VOCÊ POSSUI ALGUM CURSO NA ÁREA DA INFORMÁTICA?		
Sim	4	67
Não	2	33
VOCÊ RECEBEU FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA EXECUTAR AS AULAS DO PROJETO?		
Sim	6	100
VOCÊ ACREDITA QUE O PROJETO TEM CONTRIBUÍDO PARA O DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL DOS ALUNOS DESTA ESCOLA?		
Sim	6	100
COMO VOCÊ AVALIA O PROJETO?		
Ótimo	1	17
Bom	3	50
Regular	2	33

Fonte: Dados do autor, 2016.

O resultado revela que 67% da amostra possuem curso na área de informática, e 33% não possuem. Todos (100%) receberam formação específica para executarem as aulas do projeto. Todos concordam que o projeto tem contribuído para o desenvolvimento estudantil dos alunos de suas respectivas escolas, porém quando perguntados sobre sua avaliação pessoal do projeto apenas 50% da amostra o considera “bom”, pois 33% ainda o considera “regular” e apenas 17% o considera “ótimo”.

O emprego da informática engloba fatores intimamente ligados ao desempenho humano. A possibilidade de sucesso de todos aqueles envolvidos na execução do referido projeto está em como foram capacitados para a implementação do mesmo, ou seja, as pessoas têm experiências culturais diversificadas, então é fundamental uma formação adequada, de maneira que exista capacidade ampla de desenvolver e avaliar projetos.

Guimarães, Mathias e Dias (2011) corroboram que a informática, inserida no mundo escolar, precisa estar ancorada em alguns fatores importantes, tais como: uma boa formação de professores, os quais, não só possuam conhecimentos metodológicos de como usar o computador em suas disciplinas, mas conhecer a “máquina” e saber a hora de procurar um auxílio de um especialista; meios físicos

apropriados; meios materiais atualizados tecnologicamente e um projeto pedagógico dinâmico, cujo papel seja incluir a todos com um objetivo definido e possível de ser avaliado ao final de cada período de aplicação.

Sabe-se que o processo para o uso da informática na educação esbarra em diversos problemas e, quanto à formação do pessoal, precisamente no tocante aos professores, há uma resistência natural ao que é “novo” (SANTOS, 2010).

Por fim, a tabela a seguir mostra o feedback dos professores em relação ao Projeto Acesso Amigo e sobre o tema “inclusão digital”. (TABELA 8)

Tabela 8 – Feedback dos professores

	N	%
VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS QUE INCENTIVAM A INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS?		
Sim	6	100
VOCÊ ACREDITA QUE A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DESSE TIPO, INFLUENCIAM NA MELHORIA DA EDUCAÇÃO, EM GERAL?		
Sim	6	100
VOCÊ ACREDITA QUE O PROJETO INCENTIVA A INCLUSÃO SOCIODIGITAL NAS ESCOLAS?		
Sim	6	100

Fonte: Dados do autor, 2016.

Nota-se que os professores são unânimes em relação a importância da implantação de projetos que buscam incentivar a inclusão sociodigital nas escolas, assim também como acreditam que tais projetos influenciam e melhoram a educação dos alunos em geral.

Também foi perguntado aos professores o que poderia ser indicado à Gestão Pública para o incentivo da inclusão sociodigital na educação e para a melhoria dos serviços já implantados. Os professores responderam:

“Ampliação dos recursos tecnológicos das escolas”

“Criação de novas formações de professores voltados para a informática”

“Criação de novas atividades no programa”

7.3 Quanto aos gestores

Dando continuidade a coleta de dados, a seguir temos os resultados quanto aos gestores. A próxima tabela apresenta perguntas consideradas relevantes para a pesquisa. (TABELA 9)

Tabela 9 – O gestor e a escola

	n	%
VOCÊ É GESTOR DESSA ESCOLA HÁ QUANTO TEMPO?		
Mais de 3 anos	2	67
Mais de 10 anos	1	33
HÁ QUANTO TEMPO A ESCOLA POSSUI LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA?		
Mais de um ano	3	100
HÁ QUANTO TEMPO O PROJETO ACESSO AMIGO FOI IMPLANTADO NA SUA ESCOLA?		
Mais de um ano	3	100
O LABORATÓRIO É UTILIZADO PLENAMENTE E COM REGULARIDADE PELAS TURMAS DAS ESCOLAS?		
Sim	3	100
A ESCOLA DISPONIBILIZA O ACESSO AOS COMPUTADORES, EM HORÁRIOS DIFERENTES DA EXECUÇÃO DO PROJETO?		
Sim	2	67
Não	1	33

Fonte: Dados do autor, 2016.

Obteve-se, portanto, que 67% da amostra de gestores já está em sua respectiva escola há mais de 3 anos, e possuem laboratórios de informática também há mais de um ano (100%), onde afirmam que o mesmo é utilizado plenamente e com regularidade pelas turmas (100%). O Projeto Acesso Amigo está implantado há mais de um ano em todas as escolas pesquisadas (100%), disponibilizando o acesso aos computadores em horários diferentes da execução do projeto (67%).

Um dos gestores relata que disponibiliza o acesso aos computadores “havendo necessidade de pesquisa e com auxílio do professor e do estudante monitor para dar suporte ao corpo docente e discente”

Quando se dá início a inserção do computador na escola, a estrutura administrativa da mesma também é afetada e passa a necessitar de um

aprimoramento tal como o dos professores. Cursos específicos de informática aplicados à gestão escolar são imprescindíveis, pois qualificam os profissionais que realizam atividades-meio da educação.

Santos (2010) afirma que para os gestores se faz necessário traçar ações necessárias, principalmente, os rumos desejados e reconhecer os recursos disponíveis, pois cada escola possui características próprias e uma perfeita análise dessas situações é preponderante para aquisição, construção e aperfeiçoamento de ambientes e máquinas.

A próxima tabela apresenta a avaliação do Projeto na visão dos gestores (TABELA 10)

Tabela 10 – Avaliação do Projeto pelos gestores

	n	%
VOCÊ ACREDITA QUE O PROJETO TEM CONTRIBUIDO PARA O DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL DOS ALUNOS DESTA ESCOLA?		
Sim	3	100
COMO VOCÊ AVALIA O PROJETO ACESSO AMIGO?		
Ótimo	2	67
Regular	1	33

Fonte: Dados do autor, 2016.

Os gestores (100%) acreditam que o projeto Acesso Amigo tem contribuído para o desenvolvimento estudantil dos alunos de suas respectivas escolas. E quanto à avaliação deste, 67% considera como “ótimo” e 33% como “regular”.

Quando perguntados em relação ao ensino e aprendizagem dos alunos após a implantação do projeto os gestores responderam que houve mudança significativa, percebendo-se professores e alunos mais motivados e interessados, uma gestora afirma: “Nota-se esta mudança mais no fundamental menor”. Os gestores participantes dessa pesquisa acreditam que a implantação de projetos nesse segmento influencia na melhoria da educação, bem como incentivam a inclusão digital e social dos alunos.

Os gestores sugerem à Gestão Pública a criação de mais projetos no segmento sociodigital e também a disponibilização de mais recursos para a ampliação do aprendizado obtido no projeto em curso.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, percebeu-se que tanto os alunos, quanto professores e gestores estão intimamente integrados na busca de melhorias no desenvolvimento do Projeto Acesso Amigo em suas respectivas escolas. Apesar de se tratar de um projeto recente, os resultados positivos alcançados têm levado a Gestão Pública a ampliar e expandir o projeto.

Observou-se que alunos responderam positivamente quanto à avaliação individual do projeto, demonstrando interesse e motivação para participação das aulas. Os professores e gestores relatam que foi perceptível o desenvolvimento estudantil após a implantação do Projeto, melhorando não apenas o aprendizado, mas uma evolução na proatividade dos alunos. Ou seja, o impacto causado tanto na educação quanto no desenvolvimento desse aluno foi favorável, onde se constatou que o aprendizado das disciplinas básicas português e matemática foi crucial para que o aluno explorasse as possibilidades de novos caminhos dentro das demais disciplinas do eixo curricular, corroborando para obtenção de bons resultados em sala de aula e, conseqüentemente, na educação como um todo.

Notou-se que a gestão pública, por meio da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar – MA, vê como promissor o Projeto implantado por ela, apesar das dificuldades encontradas, esforça-se para cumprir com seu papel de gestora visando o bem comum da sociedade.

Sugere-se então que a gestão pública faça uso de novas ferramentas e estratégias de inovação, em atividades de inclusão sociodigital já implementadas em outros estados ou até mesmo em outros países, buscando evoluir e aperfeiçoar os projetos aqui existentes. Sabe-se que os desafios são grandes, pois muitos entraves na sociedade, como um todo, não permitem a mudança a curto prazo, sendo necessário, portanto, uma atuação direta e conjunta da gestão pública e sociedade para alcançar uma transformação sociodigital eficaz e duradoura.

A inclusão da informática na escola pode, ainda, não ter trazido o resultado esperado, ou até mesmo, não ter alcançado o planejado através das políticas públicas relativas ao assunto, entretanto o movimento que vem acontecendo já demonstra que há uma revisão de todo o processo e, ao mesmo tempo, uma evolução nos mecanismos gerenciadores e de planejamento, pois já há uma preocupação de se reduzir a chamada “exclusão digital”.

REFERENCIAS

ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane Pereira. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbarói. Santa Cruz do Sul**, n. 32, jan./jul. 2010.

ALVES, E. J. ; SILVA; B. D.; MACEDO, M. **Literacia mediática e inclusão sociodigital: desafios da prática docente na sociedade da informação**. XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis – Santa Catarina, 2014.

ANANIAS, P. **O desafio da inclusão social no Brasil**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/.../o.../O_desafio_da_inclusao_social_no_Brasil.doc. 2005.

ANATEL. Acesso em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=326031&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=326031.pdf>

BONILLA, M.H.S. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. Motrivivência. nº 34, p. 40-60, Jun/2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Inventário das Principais Medidas para Melhoria da Gestão Pública no Governo Federal Brasileiro/** . Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Gestão (SEGES) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).Brasília, 2009

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Gestão pública para um Brasil de todos** : um plano de gestão para o Governo Lula / Secretaria de Gestão. – Brasília: MP, SEGES, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015** : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.322, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012**. Publicação no DOU n.º 215, de 07.11.2012, Seção 1, página 10.

BRASIL. Casa Civil. **DECRETO Nº 6.424, DE 4 DE ABRIL DE 2008**. Das metas de implementação da infra-estrutura de rede de suporte do stfc para conexão em banda larga.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. DEED/Censo Escolar 2014. Acesso em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/16-professores-pos-graduados/indicadores>

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **Gestão Pública Responsável: uma abordagem do sistema CFC/CRCs**. Brasília - DF, 2011.

DE LUCA, C. **O que é inclusão digital?** In: Cruz, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

FAVORETO, João Francisco A informática no processo educativo, disponível em www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1186495654_23doc, acessado dia 19/08/2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FREIRE, K. X. **UCA: um computador por aluno e os impactos sociais e pedagógicos**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Paraná, Outubro de 2009. Acesso em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2633_1845.pdf

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERVÁSIO, Gustavo de Oliveira; MELO, Jádriel Santos de. **Responsabilidade social com a visão da inclusão digital**. [Monografia] Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **A inclusão digital como desafio da educação na Sociedade da Informação**. Seminário de Inclusão Digital e Poder Local, Santo André, 2001.

GUIMARÃES, A. M.; MATHIAS, I. M.; DIAS, A. H. D. **Uma avaliação sobre o ensino de informática para crianças e adolescentes carentes**. 8.º CONEX – Apresentação Oral. Área temática: tecnologia, 2011

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal** : 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 89p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxa de Distorção Idade-Série nos Ensinos Fundamental e Médio por Dependência Administrativa, Localização e Série**. Em 2010. Acesso em: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>.

IPEA. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: relatório de observação nº 5. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LEMOS A.; COSTA, L. F. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. UFSE, v. 7, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.academia.edu/1771445/Um_modelo_de_inclus%C3%A3o_digital_o_caso_da_cidade_de_Salvador> Acesso em: 25 mai. 2015

LEMOS, A. (Org). **Cidade digital**: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

MOREIRA, I. DE C. **A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil**. Revista Inclusão Social. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50> >Acesso em 20 de mai. 2015.

NÓVOA, Antônio. Escola nova. **A revista do Professor**. Ed. Abril. Ano. 2003, p,23.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas, Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora: PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PASSOS, Janduhy Camilo; ABREU, Marco Aurélio Afonso. **A Inclusão Digital como Mecanismo de Inclusão Social**: um olhar sobre os resultados de alguns Projetos Sociais. XXXV Encontro da ANPAD. Setembro, 2011.

REZENDE, Luciano Galdino de Melo. **Inclusão digital** – um desafio para o Brasil. Disponível em: <http://www.portal.inf.ufg.br/espinedu/sites/www.inf.ufg.br/espinedu/files/uploads/trabalhos-finais/Artigo%20Luciano%20GaldinoF.pdf> > Acesso em 22 mai. 2013.

RODRIGUES, N. **A gestão pública da educação** – responsabilidade da união, dos estados e dos municípios. Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 30, abr./jun. 1986

SANTOS, J. C. dos. **Informática na educação contribuindo para o processo de revitalização escolar**. V CINFE. Caxias do Sul, RS. Maio de 2010

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. 2 v . Brasília: ENAP, 2006.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. **A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues, Rogério Durst. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

SELWYN, Neil. O uso das TIC na educação e a promoção de Inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 815-850, out. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SILVA, Helena, et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**. [online], vol.34, n.1, p. 28-36 , jan/abr, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf> . Acesso em: 23 mai. 2015.

SILVA, Igor Gomes da. **Núcleo de Cidadania Digital: Uma Proposta de Modelo Sustentável Para a Inclusão Sócio-Digital e Promoção da Cidadania Informacional no Brasil**. (Monografia). Vitória, Espírito Santo – Fevereiro, 2008

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Editora, 2003.

ANEXOS

ANEXO I – Fotos do Ambiente da Pesquisa

Foto 1 – Fachada da Escola Municipal Prof^o Dário Santos



Fonte: www.acessoamigo.com.br

Foto 2 – Laboratório da Escola Municipal Prof^o Dário Santos



Fonte: www.acessoamigo.com.br

Foto 3 – Fachada da Escola Municipal Diomedes da Silva Pereira



Fonte: www.acessoamigo.com.br

Foto 4 – Laboratório da Escola Municipal Diomedes da Silva Pereira



Fonte: www.acessoamigo.com.br

Foto 5 – Fachada da Escola Municipal Paulo Ramos



Fonte: www.acessoamigo.com.br

Foto 6 – Laboratório da Escola Municipal Paulo Ramos



Fonte: www.acessoamigo.com.br

Foto 7 – Aplicação do questionário com os alunos



Fonte: Da autora, 2016

Foto 8 – Aplicação do questionário com os alunos



Fonte: Da autora, 2016

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário (Alunos)

Escola: _____

Sexo : () F () M

Série: _____

1. Faixa etária:

- () 6 a 8 anos () 9 a 10 anos () 11 a 12 anos
 () 13 a 14 anos () 15 a 16 anos () +16

2. Quantas pessoas moram em sua casa? (incluindo você)

- () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () +8

3. Quais os aparelhos eletrônicos você possui em casa?

- () Televisão () rádio () geladeira () máquina de lavar () computador () telefone

4. Além do ambiente escolar em qual outro local você utiliza o computador

- () em casa () casa de amigos () casa de familiares () Lan house

5. Há quanto tempo você é participante do Projeto Acesso Amigo?

- () 1 - 3 meses () 3 – 6 meses () 6 meses – 1 ano () mais de 1ano

6. Com qual frequência você vai ao laboratório de informática para as aulas do Projeto?

- () diariamente () semanalmente () mensalmente

7. Quantas aulas são destinadas ao Projeto Acesso amigo?

- () 1 aula () 2 aulas () 3 aulas () mais de 4 aulas

8. Você gostaria de ter mais aulas no laboratório de informática?

- () Sim () Não

9. Quem conduz as atividades no laboratório de informática?

- () Meu professor () Um Monitor

10. Como você avalia o projeto?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Por quê?

- Trouxe novos conhecimentos e possibilitou o acesso ao computador
- Trouxe alguns conhecimentos e possibilitou o acesso ao computador
- Trouxe poucos conhecimentos.
- Não agregou novos conhecimentos
- Outras: (especificar): _____

APÊNDICE B – Questionário (Professores)

Escola: _____

Sexo : () F () M

1. Faixa etária: () Entre 18 e 25 anos () 25 e 30 anos () 30 e 35 anos () 40 anos+

2. Qual seu grau de instrução?

() Técnico Magistério

() Superior Incompleto : _____

() Superior Completo: _____

() Pós-graduação: _____

() Outros: _____

3. Há quanto tempo você é professor dessa escola?

() 1 - 3 meses () 3 – 6 meses () 6 meses – 1 ano () mais de 1 ano

4. Há quanto tempo atua no Projeto Acesso Amigo?

() 1 - 3 meses () 3 – 6 meses () 6 meses – 1 ano () mais de 1 ano

4. Além do ambiente escolar em qual outro local você utiliza o computador?

() em casa () casa de amigos () casa de familiares () Lan house

5. Com qual objetivo?

() pesquisa/ estudo () trabalho () Lazer

6. Com qual frequência você vai ao laboratório de informática com a sua turma para as aulas do Projeto?

() diariamente () semanalmente () mensalmente

7. Quantas aulas são destinadas ao Projeto Acesso amigo?

() 1 aula () 2 aulas () 3 aulas () mais de 4 aulas

6. O que você acha do tempo disponibilizado para o desenvolvimento das aulas do Projeto no Laboratório do Informática?

() suficiente () pouco tempo () muito tempo

8. Você possui algum curso na área da informática?

Sim Não

9. Você recebeu Formação específica para executar as aulas do Projeto?

Sim Não

10. Você acredita que o Projeto tem contribuído para o desenvolvimento estudantil dos alunos desta escola?

Sim Não

7. Como você avalia o projeto?

Ótimo Bom Regular Ruim

Por quê?

Agregou muitos novos conhecimentos e possibilitou o acesso ao computador

Agregou alguns conhecimentos e possibilitou o acesso ao computador

Agregou poucos conhecimentos.

Não agregou novos conhecimentos

Outras: (especificar): _____

11. Você considera importante a implantação de projetos que incentivam a inclusão digital nas escolas?

Sim Não

12. Você acredita que a implantação de projetos deste tipo, influenciam na melhoria da educação, em geral?

Sim Não

13. Você acredita que o Projeto incentiva a inclusão sociodigital nas escolas?

Sim Não

14. O que você indicaria à Gestão Pública, para o incentivo da inclusão sociodigital na educação e para melhoria de projetos já implantados:

Ampliação dos recursos tecnológicos das escolas

Criação de mais projetos neste segmento

Disponibilização de mais recursos para a ampliação do aprendizado obtido no projeto

Criação de novas Formações de professores voltados para área da informática.

Outros: _____

APÊNDICE C – Questionário (Gestores)

Escola: _____

Sexo : () F () M

1. Faixa etária: () Entre 25 e 30 anos () 30 e 40 anos () + 40

2. Quantas seu grau de instrução?

() Técnico Profissionalizante: _____

() Superior Incompleto : _____

() Superior Completo: _____

() Pós-graduação:

() Outros: _____

3. Há quanto tempo você é diretor desta escola?

() 6 meses () 6 meses – 1 ano () 1 ano () 3 anos () 5 anos () 10 +

4. Há quanto tempo a escola possui laboratório de informática?

() 1 - 3 meses () 3 – 6 meses () 6 meses – 1 ano () mais de 1 ano

5. Há quanto tempo o Projeto Acesso Amigo foi implantado na sua escola?

() 1 - 3 meses () 3 – 6 meses () 6 meses – 1 ano () mais de 1 ano

6. O laboratório é utilizado plenamente e com regularidade pelas turmas da escola?

() Sim () Não

7. A escola disponibiliza o acesso aos computadores, em horários diferentes da execução do Projeto?

() Sim () Não

Por quê? _____

8. Qual sua opinião em relação ao ensino e aprendizagem dos alunos, APÓS a implantação do projeto?

() Houve mudança significativa, os professores e alunos se sentem mais motivados e interessados

() Houve alguma mudança, os professores e alunos se sentem mais interessados

- () Houve pouca mudança.
 () Não houve mudança.
 () Outras: (especificar): _____

9. Você acredita que o Projeto tem contribuído para o desenvolvimento estudantil dos alunos desta escola?

- () Sim () Não

10. Como você avalia o projeto Acesso Amigo?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

8.1 Por quê?

- () Agregou novos conhecimentos e possibilitou o acesso ao computador
 () Agregou alguns conhecimentos e possibilitou o acesso ao computador
 () Agregou poucos conhecimentos.
 () Não agregou novos conhecimentos
 () Outras: (especificar): _____

11. Você considera importante a implantação de projetos que incentivam a inclusão digital e social nesta escola?

- () Sim () Não

12. Você acredita que a implantação de projetos desse tipo, influencia na melhoria da educação, em geral?

- () Sim () Não

13. O que você indicaria à Gestão Pública, para o incentivo da inclusão sociodigital na educação e para melhoria de projetos já implantados:

- () Ampliação dos recursos tecnológicos das escolas
 () Criação de mais projetos neste segmento
 () Disponibilização de mais recursos para a ampliação do aprendizado obtido no projeto
 () Criação de novas Formações de professores voltados para área da informática.
 () Outros: _____

APÊNDICE D - Declaração**DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Eu, Jaqueline do Livramento Santiago Pinto, CPF: 483.415.173-53, Chefe da Divisão de Apoio ao Educando da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar – MA, declaro que a aluna Alexssandra de Souza Pereira, sob a matrícula nº 2012028394, do Curso de Administração (CAdm) da Universidade Federal do Maranhão realizou pesquisa acadêmica para elaboração de monografia nessa organização, com visitas a algumas escolas desta rede de ensino.

São José de Ribamar – MA, ____ de _____ de 2016.
